

O REPUBLICANO



v. 1, n. 3, set./dez. 2019



EDITORA
ILUSTRAÇÃO

Expediente

Editor: Fábio César Junges

Imagens da capa: Freepik

Revisão: Os autores

O Republicano, v. 1, n. 3, set./dez. 2019

ISSN: 2675-939X

Rua Coronel Martins 194, Bairro São Miguel,

Cruz Alta, CEP 98025-057

E-mail: ilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

2019



O Republicano está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Editorial

Uma constituição verdadeiramente livre, em que todas as classes da sociedade gozem dos mesmos direitos, não pode subsistir à ignorância de uma parte dos cidadãos, que não lhes permite conhecer sua natureza e seus limites, obrigando-os a pronunciar sobre o que não conhecem, de escolher quando não podem julgar; tal constituição se destruiria por si mesma depois de algumas tempestades, e se degeneraria numa dessas formas de governo que não podem conservar a paz no meio de um povo ignorante e corrompido (Condorcet).

O Republicano dedica-se a assuntos literários, políticos e jurídicos representativos do repertório retórico e argumentativo cultivado pelas tradições republicana e democrática. Apresenta textos que discutem conceitos e práticas relacionadas à organização político-institucional da sociedade, à forma de governo, à cidadania e ao modo de exercício do poder público, em sua configuração histórica e significados distintos, ao modo de um diálogo entre interpretações.

As pesquisas de professores e estudantes aqui anunciadas tem por objetivo refletir sobre tais conceitos e práticas, além de abrir espaço para divulgar produtos, empresas, ideias e projetos. Uma boa leitura a quem nos prestigia com seu tempo.

GRANDE INCONSCIENTE: Veredas

Me. Elias Adams

As características dos desejos do ser humano se manifestam na sua linguagem. É o que se atesta em *Grande Sertão: Veredas*, onde a narração em primeira pessoa coloca as problemáticas do narrador como elaboração dos desejos inconscientes. A afetividade, aqui pela questão da homossexualidade, como desejo mais forte, transborda no discurso do personagem principal e nutre a trama narrada. O inconsciente do narrador se expõe na forma de desejos concomitantemente à compreensão do sertão. Com isso, atravessar o sertão, é o reconhecer-se nos seus desejos, é um jogo do discurso de expor e ocultar quem o narrador é.



Pensar que *Grande Sertão: Veredas* tem um vértice na teoria Psicanalítica, configura uma interpretação da estrutura da obra. Além das várias pesquisas já realizadas e publicadas, alguns pontos nos conduzem à tal concepção: o Sertão entendido como modo de ser a partir da história que nele se constrói; o conflito com sexualidade; a raiz e a manifestação da maldade humana; a elaboração de seus desejos (ser ou não ser); o outro como enigma e, principalmente, a manifestação do inconsciente no discurso, portanto a apresentação mais pura dos desejos.

Mas, o que é o inconsciente? A sua amplitude não permite um conceito fechado. Mas, podemos extrair algumas características que são universais; entende-se como uma área da nossa mente que justifica nossos comportamentos menos aceitáveis diante de nós mesmos e diante dos outros; compreende um modo de pensar essencial do sujeito que, dada uma reprovação sócio-cultural, é recalcado. Todo o recalcado é inconsciente, mas nem todo o inconsciente é recalcado: o inconsciente forma-se por desejos recalcados, pela libido e um conjunto de processos que dinamizam a mente. Essa “matéria” aflora simbolicamente, influenciando(-nos) nossas ações, nossos pensamentos.

O narrador retoma para si o discurso uma vez que este tomava um caminho demasiadamente “cru”. Esse “cru” é a exposição de um desejo que foi recalcado; algo que mostra quem é o narrador, e algo passível de censura severa, tanto do próprio narrador (conflito intrapsíquico) como de seu interlocutor. O sertão faz parte do sujeito e ao mesmo tempo lhe é inóspito e estranho. Também isso é o *ich*, o inconsciente. Considerando a obra como uma “auto-biografia irracional”, a parte de mim que, por ser verdadeiramente quem sou, me é estranha. A vida se constitui a partir da introjeção do sertão, pela com-vivência com aquilo que o constitui. O sertão está dentro do homem.

O sertão é o *ich*, aquele local de processos, onde cada um existe, e faz parte constante da subjetividade; entendido como um modo de ser, é um lugar em que os mais estranhos pensamentos do ser humano se mostram. Ali não há definição, pois é a fonte do bem e do mal ao mesmo tempo. O narrador coloca essa problemática em um momento afirmando que não há Diabo, mas sim homem, pois no sertão não existe bom ou mau. Essa indefinição decorre não do desconhecido sertão apenas, mas do que dele advém. Pior do que enfrentar o desconhecido é ainda saber que dele tudo se pode esperar.

Mesmo numa breve interpretação sobre a relação do eu-tu, manifesta-se um mundo enigmático que é a existência do outro e nossa

identificação nele. Isso já está no título, como paradoxo compreensivo: Grande Sertão versus Veredas. Encontramos, assim, uma complexidade dialógica relacional: “Sertão é o sozinho. Compadre meu Quelemém diz: que eu sou muito do sertão? Sertão: é dentro da gente” (idem, p. 435).

Referências

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

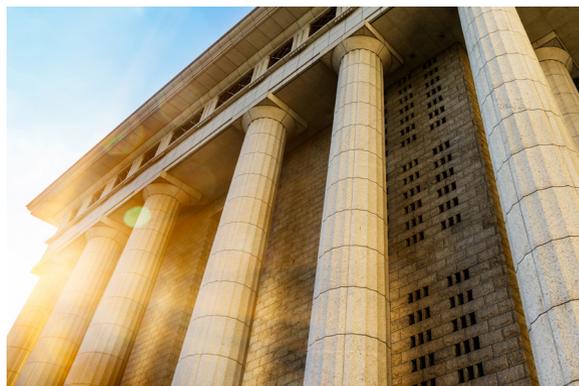
A FORMA DE GOVERNO REPUBLICANA E SEUS PRINCÍPIOS

Prof. Dr. Tiago Anderson Brutti

A palavra república, em latim *res pública*, indica o sentido de coisa pública, de esfera de interesse do povo. A configuração republicana da forma de governo foi instituída originalmente em Roma, entre 509 e 27 a.C., antes, portanto, da expansão imperial romana. As fontes do direito na República romana foram, sobretudo, o costume, as leis e os editos dos magistrados. A passagem da República ao Império fez-se progressivamente. Dentre os fatores dignos de destaque nas circunstâncias dessa mudança progressiva estão o progresso econômico, as dificuldades sociais e as vastas conquistas romanas. Mantiveram-se, contudo, muitas das instituições da República.

A República, entendida como forma de governo constituída historicamente, caracteriza-se, grosso modo, pela abertura do poder de governo ao público e pelo autogoverno do Estado. O governo, por essa perspectiva, é orientado pelas leis, mais do que simplesmente por homens interessados no bem próprio, em detrimento do bem coletivo. A República, ao lado

disso, em sua versão moderna, é marcada pela máxima segundo a qual tanto quem governa quanto quem é governado deve participar da elaboração e do cumprimento das leis.



Uma das apostas da República, em sua configuração moderna, é que não se deve privar o mais modesto cidadão, seja ele do gênero, etnia ou religião a que pertença, dos direitos declarados inegociáveis e imprescritíveis. Crê-se na possibilidade de se estabelecerem acordos em torno do que vai ser entendido como bom ou justo. A opinião segundo a qual cabe ao poder público salvaguardar que os indivíduos possam ser tratados desigualmente na medida em que

se desigualam não soa descabida, senão que antecipa um tempo imaginário no qual os indivíduos, ao se desigualarem menos, apesar de nunca se reduzirem ao absurdo de uma igualdade absoluta, possam conviver em condições que considerem reciprocamente dignas.

A igualdade, uma das promessas republicanas, é entendida na modernidade como um sentimento cultivado e, também, como um critério racional, vinculando-se ao reconhecimento de que o mundo social é tensionado continuamente pela força de cidadãos que, ao sobreviver em condições que não consideram reciprocamente dignas, almejam conquistar outros recursos e modos de vida mais ajustados aos seus desejos ou às suas necessidades, sejam elas fictícias ou não. Necessidades que não dizem respeito somente aos aspectos econômicos da vida de cada um. A igualdade relaciona-se, também, por essa perspectiva, com o reconhecimento de que a liberdade de opinião e de iniciativa amplia a efetividade dos direitos daqueles cidadãos que, por sua condição ou por livre escolha, fazem da igualdade um propósito e um critério de avaliação do mundo social.

O perfil da cidadania republicana, na opinião do filósofo Condorcet, é o de um homem ilustrado que, sem ser sábio em tudo, tem prazer em cultivar o próprio espírito. A República é frágil quando os cidadãos não compartilham dos princípios dessa forma de governo. A educação é uma tarefa da República. O que seria da República sem republicanos? A instituição do cidadão republicano implica, entre outros objetivos, informá-lo das vantagens dessa forma de

governo na comparação com outras configurações já experimentadas no curso da história das civilizações.

Para o filósofo Charles Coutel, comentarista contemporâneo da Revolução Francesa, a educação republicana das crianças e dos adultos implica uma mediação entre a instrução pública e a República, entre a teoria e a prática da cidadania republicana. O ensino repousa sobre a elucidação dos conceitos, mas também sobre a emulação entre os cidadãos e a estima de si. Para ensinar aquilo que é também uma prática, isto é, a virtude política dos cidadãos, são necessários conhecimentos menos imprecisos e uma maior coerência ética do mestre, que deve seguir seus próprios preceitos. Nesse espaço educacional, a tomada de consciência é suscitada e não ditada.

Cinco grandes princípios, segundo Coutel, inspiram a cidadania republicana advogada por Condorcet. O princípio da perfectibilidade rompe com o providencialismo ou a predestinação. A história é o que o homem faz dela. A perfectibilidade faz dessa orientação responsabilidade dos homens.

O segundo princípio é o do colegiado dos espíritos e dos juízos. Essa concepção está inspirada pelo trabalho científico e acadêmico de Condorcet: os júrís acadêmicos se pronunciam colegiadamente em nome da verdade sobre os descobrimentos e as investigações. O ponto de vista majoritário é então para ele a expressão de um debate arrazoado e argumentado, e não uma opinião caprichosa. O princípio do co-

legiado enlaça a racionalidade e a perfectibilidade: os homens ganham se buscam a verdade juntos; esta é uma das lições da história, das ciências e das luzes.

Estes dois princípios chamam a um terceiro: o princípio da racionalidade. Todo homem, comenta Coutel, possui uma razão capaz de perceber os elementos de um todo e de captar sua unidade: é a faculdade das análises e das combinações. A instituição do cidadão implica a dupla ambição de analisar as situações políticas e de minimizar os erros e as crises. A racionalidade, com a prova do colegiado, se abre ao sentimento de humanidade.

O princípio da racionalidade requer o princípio da laicidade ou do espírito público. Condorcet opõe “o espírito de seita” ao “espírito público” enfatizando o desenvolvimento deste contra todas as formas de servidão, de arbitrariedade e de dependência. O espaço público e laico, condição dos intercâmbios e dos debates republicanos, pressupõe cidadãos prudentes e instruídos.

Enfim, o princípio de humanidade. O amor à humanidade é, comenta Coutel, o horizonte ético da cidadania condorcetiana. Este amor abre os grandes princípios precedentes até a universalidade. É a preeminência do princípio da humanidade o que explica os combates de Condorcet em favor dos direitos dos oprimidos e suas lutas em prol da extensão da cidadania às mulheres, aos negros e aos protestantes. Seu esforço residirá em encontrar as mediações entre o amor de si ou estima de si, o amor familiar, o

amor à pátria, o amor à República e o amor à humanidade. Os direitos do homem e o exercício dos direitos políticos terão a humanidade como horizonte e não somente a pátria.

Ao aplicar o princípio da laicidade ao princípio da humanidade, não se encontra em Condorcet o culto à humanidade. A instituição do cidadão supõe uma continuidade entre essas esferas afetivas e os princípios teóricos gerais (perfectibilidade, colegiado, racionalidade, laicidade e humanidade).

TERRITÓRIOS, CULTURAS E BEM VIVER: Desafios desde as identidades e saberes diversos

Prof. Dr. Elizabeth Fontoura Dorneles

Estavam os habitantes em suas casas ou a trabalhar nos cultivos, entregue cada uma aos seus afazeres e cuidados, quando de súbito se ouviu soar os sinos da igreja. (...) Que acontecera? Acontecera que o ganancioso do lugar (algum conde ou marquês sem escrúpulos) andava há tempos a mudar de sítio os marcos das extremas de suas terras, metendo-os para dentro da pequena parcela do camponês, mais e mais reduzida a cada avançada. O lesado tinha começado por protestar e reclamar, depois implorou compaixão e finalmente resolveu queixar-se às autoridades e acolher-se à proteção da justiça. Tudo sem resultado, a espoliação continuou. Então, desesperado, decidiu anunciar urbi et orbi (uma aldeia para quem nela sempre viveu tem o exato tamanho do mundo) a morte da justiça. (José Saramago)

Buscar as palavras de Saramago enviadas de além-mar para que, na sua ausência física, presentificassem sua indignação e ao mesmo tempo convocassem-nos para a luta permanente pela justiça, é o mote que encon-

trei para iniciar esse texto. A carta de Saramago foi lida no encerramento do II Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no ano de 2002, e eu estava lá. Não fiz esse retorno à memória do II Fórum de modo espontâneo, pois a mesma provocação vinda do escritor português foi lida, num ritual místico com repicar de sinos, na abertura do III Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento e eventos associados, todos orientados pela temática “Territórios, Culturas e Bem Viver: desafios desde as identidades e saberes diversos”. Realizado em Heredia, na Costa Rica, de 20 a 22 de julho do corrente ano. Lá estivemos, eu, meu marido e o colega Tiago Anderson Brutti.



A mesma conclamação, decorridos mais de quatorze anos, está nos mobilizando para a luta pelos direitos dos povos do centro e sul do continente americano e trazendo novos elementos para que nós, grupo de profissionais que tivemos e temos a oportunidade de formação verticalizada em ciências humanas, tratemos das questões culturais de nossos povos numa perspectiva da interculturalidade, de forma que possamos entender o universo onde circulam as diferenças como espaço rico de experiências e com as quais podemos dialogar e construir o outro mundo possível, tão tematizado nas edições do Fórum Social Mundial. O III Seminário trouxe, na voz de intelectuais situados em diferentes campos do saber, novas perspectivas para abordagem e compreensão da situação latino-americana e caribenha. Cito a oportunidade de acesso que passamos a vislumbrar no que diz respeito à produção intelectual dos latinos e caribenhos que encaminha para a descolonização do saber.

“... de forma que possamos entender o universo onde circulam as diferenças como espaço rico de experiências e com as quais podemos dialogar...”

Não só as conferências, as rodas de conversa, os debates trouxeram valiosas contribuições, mas também a própria postura genuína de cada palestrante. Destaco a mística envolvida na apresentação da indígena, professora da Uni-

versidad Mayor de San Simon- Bolívia, Eliana Pilar Cossio Coca. Em respeito absoluta ao seu povo, antes de iniciar a mesa temática, ela organizou uma espécie de altar onde colocou elementos representativos das entidades importantes, respeitadas e referenciadas pela sua cultura. Eliane colocou ali à frente dos outros a essência do seu povo. Não se intimidou e não se deixou atravessar pela postura dos demais participantes da mesa, estava transversada pelos seus. Minutos antes de iniciar a fala começou a mascar folhas de coca, que também estavam em abundância no altar. Chegada a hora de sua manifestação, deslocou-se da mesa e dirigiu-se ao espaço onde estava simbolizada sua cultura, o altar. Ali se colocou de cócoras, acendeu uma vela e, antes de falar sobre o tema proposto pela mesa, pediu permissão a todas as entidades representadas no altar para falar sobre seu povo. Ao final repartiu as folhas de coca com o auditório. Narro isso como um exemplo da diversidade cultural e que, exatamente por isso, fiquei perplexa frente a essa cena, pois estamos, brasileiros, numa cultura de criminalização intransigente das drogas e vimos ali a outra cultura colocando a coca como elemento essencial para a vida do sujeito.

Retomando Saramago e fazendo o fecho provisório, vejo que estamos em tempos onde os sinos não param de tocar. A justiça morre todo dia seja pela derrubada da cerca daquela que tenta preservar o cultivo da terra para produzir alimentos em escala familiar, mas é abocanhado pela gana dos grandes produtores de grão para exportação; seja pela continuação

do trabalho do capitão do mato que, vestido de policial, mata o meninos negros por parecem assaltantes; seja pelo expurgo dos índios das suas terras que começa pela apropriação da sua cultura pelo outro; seja pelo assalto de forças conservadoras que tomam o poder de quem, com legitimidade do voto, busca emancipar as minorias desfavorecidas historicamente nos quintais dos colonizadores, representados em cada país por seus feitores. O III Seminário Culturas e Desenvolvimento terá sua nova edição em 2018, no Chile, e até lá estamos fortalecidas pela teoria e pela convivência com nossos pares para continuarmos pensando e construindo formas para diminuir o toque dos sinos.

Referência

SARAMAGO, José. *A morte da justiça*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/010/10saramago.htm>

ANTROPOLOGIA E PEDAGOGIA

Sobre algumas notas perdidas

Prof. Dr. Adair Adams

No processo de elaboração de uma tese de doutorado muita coisa fica pelo caminho, como migalhas de pensamentos que são colocados à margem para que outros manifestem o caminho e um lugar a ser alcançado. Num retorno possível do caminho então percorrido, é possível rever algumas migalhas, não da forma como foram postas aí, mas reinterpretadas.



Busco apresentar uma migalha que se trata da ideia de justificar a antropologia como pressuposto fundamental da pedagogia. Mas, retomo apenas as questões do que poderia ser compreendido por antropologia, aqui, pensada como a descrição do total dos valores, ou dos supostos básicos, e do conjunto de expressões do ser humano em determinada época.

A proposta que tínhamos em mente constituía-se de uma reinterpretação do modo com Tugendhat e Stein pensavam a antropologia como filosofia primeira nos termos da pedagogia. Esses dois pensadores apresentam a antropologia como filosofia primeira no sentido de arrolar tudo o que é possível sob a categoria do fático, do dado, da Gegebenheit.

O professor Paulo Schneider, em conversas diversas, afirma que isso já significa uma certa traição a Heidegger que, por sua vez, procura denotar o chão vitaminado e supostamente “indizível” em que pode crescer a árvore metafísica cartesiana, bem como as suas próprias reflexões sobre a questão. Eles pensaram em tornar isso de uma vez por todas bem concreto, mesmo sabendo que tal tarefa é infinita em sua circularidade.

Segundo o professor Schneider, em todo o discurso do Stein e do Tugendhat há um assobio desafinado no meio de todo esse projeto pelo fato de que permanecem ainda no primeiro estágio da tentativa de definição objetiva de algo por meio da linguagem. De qualquer modo, a intenção primordial deles é descritiva e na procura de não misturar interesses imediatamente teleológicos e epocais com a questão. É possível que por enquanto realmente não haja solução

melhor do que a antropologia como filosofia primeira.

“... homem e linguagem perfazem uma unidade em que o homem está angustiadamente à procura de si na linguagem...”

Um dos enguiços do professor Schneider com Tugendhat está na compreensão de linguagem de Walter Benjamin. Schneider que estuda Benjamin afirma que este afirma: *Der Mensch spricht*. Isto é, o homem fala, ou seja, numa perspectiva aristotélica, primeiro há o homem e este é que fala, tem linguagem. No entanto, Tugendhat não leva em consideração que para Benjamin, o homem é linguagem, isto é, homem e linguagem perfazem uma unidade em que o homem está angustiadamente à procura de si na linguagem que sempre já foi e é no mundo que sempre foi e é.

Sabe-se que os receios de Tugendhat são no sentido de não ir tão rapidamente ao pote das soluções para deixar o homem por enquanto indefinido, pois a sentença “o homem é linguagem já o definiria” de uma vez por todas. O que, porém, ele não pensou é que o estatuto ou a condição da linguagem abarca ambas as possibilidades e que a segunda opção então persiste precisamente na insistência da manutenção da abertura em termos de indefinição sempre possível, ou definição provisória.

Por mais que não elaborei essas questões em minha tese de doutoramento, elas foram

decisivas para compreender que tanto a linguagem diretamente, como também a antropologia valorizando extremamente a linguagem são excelentes panos de fundo, Gegebenheit, tentativa de denotar a facticidade a ser descrita como chão em que a pedagogia e a educação se compreendem, podem atuar estrategicamente e defender o seu exercício de construção de sociabilidade. Com o seu poder de velocidade na incorporação dos conhecimentos e os seus usos imediatos promovendo coletivização, massificação, interação desejadas ou não, a técnica de hoje e de amanhã dificultará cada vez mais a reflexão antropológica e sobre o que ela mesma é, se a educação permanecer no mero repasse de saberes cuja característica é precisamente a aceleração das novidades e mutações em seu meio desfocando continuamente a sua origem, a sua proveniência e a relação entre si.

Com isso, tudo se torna muito fantasmagórico, fetichizado como diria Marx. Compreendo que se a educação for caça aos fantasmas e limpeza das áreas fetichizadas estaria quase a identificar-se com a filosofia no sentido antropológico de Tugendhat e Stein. Tinha em mente que uma defasagem muito grande entre a antropologia filosófica e a pedagogia teria como custo um prestar contas sobre o significado diferenciado de ambos os conceitos. Também, a realização de uma aproximação fundante ou uma quase identificação dois conceitos pela sua tarefa a cumprir na atualidade em meio à aceleração aloucada em todas as áreas do conhecimento, manifestaria um aspecto reflexivo daí decorrente que deveria sobrepujar quaisquer

mera instrumentação, pois agregaria a vontade de análise da instrumentação, dos conteúdos da tradição e do sentido de tudo isso a ser possivelmente gestado coletivamente e conscientemente.

Assim, dos estudos sobre Ricoeur, Gadamer e Heidegger tornou-se possível pensar que não se pode ter valores e normas subjacentes aos quais se decidiu na atividade educacional, mas que cada um deles sugeriria que essa estrutura fundante da ação pedagógica fosse sempre descrita e possivelmente justificada até onde dá. As adaptações do corpo humano à técnica em geral e à virtualidade em especial, cada vez mais aceleradas, nunca vão desvencilhar-se pelo menos dessas duas dimensões expressivas do ser humano:

a) Adaptação constante e caninamente obediente pelos meios educacionais e pedagógicos;

b) Reflexão, descrição e decisão para ação em favor de um tipo de sociabilidade a construir, em que os meios técnicos e virtuais estão também incluídos no ser e na sua análise necessária;

c) Compreende-se que a educação e a pedagogia não podem ficar de fora das decisões sobre a sociabilidade, quando esta já incorporou há tempo os meios instrumentais de tal modo que nem mais podem ser chamados de mera instrumentalização, mas de existencial (Heidegger: manualidade) vital, parte da nossa epocalidade.

Uma das veredas empreendidas na tese é de que a pedagogia não pode ter como meta a adaptação rápida e contínua em relação às novidades e transformações impostas pelo mundo técnico-virtual sem deixar de lado as escolhas de conteúdos da tradição que se supõem serem importantes para a boa sobrevivência geral da humanidade como um todo.